

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A – EPTC

CNPJ – 02.510.700/0001-51 NIRE – 43300036707

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO – EPTC, referentes ao exercício de 2021.

A Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC teve sua criação autorizada pela Lei 8.133, de 13 de janeiro de 1998, em atendimento ao constante na Lei Federal 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro. No dia 03 de abril de 1998 foi devidamente constituída a Empresa que passou a exercer as suas atividades a partir desta data, tendo por objeto:

A Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC tem por objeto a operação, controle e fiscalização do Sistema de Transporte Público e de Circulação, em especial, a fiscalização do trânsito e a gestão da Câmara de Compensação Tarifária – CCT do serviço de transporte coletivo, sempre em observância aos dispositivos da Lei 8.133/1998.

Até janeiro de 2021 a EPTC era subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Smim) e ao Secretário Extraordinário de Mobilidade Urbana de Porto Alegre. A partir desta data, em função da Lei Complementar no. 897 de 15 de janeiro de 2021, a EPTC passou a estar subordinada a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU), e ao Secretário de Mobilidade Urbana de Porto Alegre.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL
A declaração da missão, visão e valores da EPTC compõem o elemento da identidade organizacional. Este conjunto é a síntese das premissas que expressam a razão de ser da empresa.

Missão:
• Gerir a mobilidade urbana com qualidade, segurança e eficiência.

Visão:

• Consolidar a cidade de Porto Alegre como referência em mobilidade humana.

Valores:

- Cordialidade: relacionar-se com urbanidade, disponibilidade, harmonia e equilíbrio nas suas interações com os usuários, colegas e sociedade em geral.
- Responsabilidade: portar-se com profissionalismo e ética, adotando uma postura de prestador de serviços e solucionador de problemas, a fim de fortalecer a credibilidade da empresa.
- Melhoría contínua: atuar com eficiência e eficácia na promoção de uma mobilidade segura, por meio do trabalho integrado e da valorização do funcionário, com foco nos resultados para a sociedade.

A EPTC, portanto, é instrumento de efetivação da política pública de mobilidade urbana na medida em que mantém seus recursos orientados a sua finalidade que é gerar da melhor forma o trânsito e o transporte na cidade de Porto Alegre, integrando os diversos modais existentes.

NOMINATIVA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente:

Paulo Roberto da Silva Ramires;

Diretor Administrativo e Financeiro:

Milene Fontanelha Hartmann (até março 2021)

Manoel Henrique do Val Oliveira Lino (a partir de março de 2021)

Diretor de Operações:

Paulo Roberto da Silva Ramires (até maio 2021)

Cirilo João Fae (a partir de maio de 2021)

Diretor Técnico:

Marcelo Hansen (até março 2021)

Flávio Caldasso Barbosa (a partir de março 2021).

PEPIL DA EMPRESA

A EPTC é uma Empresa Pública, vinculada ao Governo Municipal, com capital 100% público, que tem por acionistas a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (99,99 %), e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (0,01%). A estrutura administrativa da EPTC está disponível no site da empresa.

<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/epct/>

Compõem a força de trabalho da empresa o total de 1010 funcionárias e funcionários, distribuídos em 4 Diretorias (Presidência, Administrativa Financeira, Operacional e Técnica). O corpo técnico atua na cidade de Porto Alegre, mas suas ações tem impacto em toda a região metropolitana e seus aproximadamente 4,3 milhões de habitantes.

O orçamento da empresa para o ano de 2021 foi de R\$ 137,8 milhões, 13% inferior ao do ano de 2020. O orçamento da empresa não tem variado de forma relevante.

Mensagem da Administração

Com mais de 23 anos de existência, a EPTC tem sido a estrutura perene encarregada da gestão de Trânsito e Transporte na Cidade de Porto Alegre. É composta por corpo técnico especializado na gestão da mobilidade urbana que busca cada vez mais integrar as experiências e boas práticas adquiridas no decorrer de sua existência a conceitos modernos e exitosos de mobilidade urbana e educação já desenvolvidos e aplicados em diversas cidades brasileiras e ao redor do mundo, buscando ferramentas tecnológicas como parceiras indispensáveis as expertises de seus funcionários na consecução de suas ações.

Destaca-se em 2021 o alinhamento com o conceito do executivo municipal no sentido de tratar o assunto mobilidade com inteligência e racionalidade chamando o assunto de *Mobilidade Humana*. A EPTC permanece buscando trazer as pessoas para o foco das ações pensadas e executadas pela empresa. O Mapa Estratégico da EPTC para o ano de 2021 estebeleceu cinco objetivos estratégicos que englobaram as ações executadas pelas equipes da empresa. Os objetivos eram:

- 1 – Reduzir as vidas perdidas no trânsito;
- 2 – Investir mais em educação e informação para a mobilidade;
- 3 – Dar um up no transporte coletivo;
- 4 – Ser uma empresa pública com gestão eficiente;
- 5 – Tornar a mobilidade urbana mais ativa.

O principal destaque que esta Diretoria tem a intenção de propagar é o empenho na preservação da vida no trânsito, com a segurança viária. Para atingir a meta proposta (reduzir as vidas perdidas no trânsito) são planejados e executados projetos de sinalização, ações educativas, de operação e fiscalização. Após o resultado de 2020, quando foi igualado o recorde de menor número de mortes ao longo do ano, já obtido em 2019, em 2021, com o retorno de boa parte da população às ruas pelo abrandamento das condições da pandemia, o resultado obtido foi pior que o ano anterior, quanto 64 vidas foram perdidas, sendo que em 2021 o total foi de 73 vidas perdidas. Destacamos também que a cidade de Porto Alegre tem uma participação destacada no Programa Vida no Trânsito (PVT), iniciativa do Governo Federal, sendo considerada referência na coleta e análise dos comportamentos e fatores contributivos associados aos acidentes que envolvem vítimas fatais. A riqueza de informações e análises subsidiam a tomada de decisão em ações de preservação da vida.

As ações realizadas por parte das equipes da EPTC no decorrer de 2021 encontram-se

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em R\$ Mil)

	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	19.154	18.442
Disponível	9.527	10.420
Caixa e Bancos	9.520	10.394
Aplicações Financeiras	7	26
Contas a Receber	7.878	6.200
Transações com Partes Relacionadas - PMPA	2.231	-
Transações com Partes Relacionadas - TCE-RS	29	23
Adiantamentos Concedidos a Funcionários	783	3
Depósitos Judiciais e Valores Restituíveis	4.714	5.587
Impostos a Recuperar	12	478
Outros Créditos a Receber	109	109
Estoques	1.749	1.822
Material de Almoxxarfiado	1.746	1.819
Vales-Transporte	3	3
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.468	4.671
Ativo Realizável a Longo Prazo	36	36
Aplicações Financeiras	36	36
Imobilizado	4.416	4.635
Benefitórias em Prédios de Terceiros	488	488
Móveis e Utensílios	2.826	2.814
Instalações	549	549
Máquinas e Equipamentos	5.873	5.892
Equipamentos de Processamento de Dados	5.986	5.986
Veículos	8.105	7.854
(-) Depreciações e Amortização Acumuladas	(19.411)	(18.948)
Intangível	16	21
Intangíveis Recebidos em Doação	21	-
(-) Amortizações Acumuladas	(5)	-
TOTAL DO ATIVO	23.622	23.113

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ Mil)

	Notas	2021	2020
RECEITA BRUTA		33.881	65.362
Prestação de Serviços	3,7 a	33.881	65.362
DEDUÇÕES		(1.266)	(2.422)
Impostos e Contribuições		(1.235)	(2.400)
Devoluções		(31)	(22)
RECEITA LIQUIDA		32.615	62.940
CUSTO DOS SERVIÇOS		(102.464)	(94.986)
LUCRO BRUTO		(69.849)	(32.046)
DESPESAS OPERACIONAIS		54.556	33.032
Despesas Gerais e Administrativas	3,7 c	(38.213)	(51.465)
Despesas Financeiras		(828)	(612)
Receitas Financeiras		872	792
Outras Receitas/Despesas Operacionais	3,7 d	92.725	84.317
RESULTADO OPERACIONAL		(15.293)	986
CSL		(233)	(1.648)
LUCRO / PREUIZO DO EXERCÍCIO	20	(15.526)	(662)
Prejuízo por Ação - R\$ 1,00	20	(0,21)	(0,01)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

consolidadas no Relatório de Atividades, que pode ser acessado no seguinte site:
<https://epctctransparente.com.br>

Destacamos neste documento, alguns números que caracterizam o trabalho executado por esta empresa:

Em média, a EPTC diariamente realiza as seguintes ações: Recolhe um animal de grande porte; executa uma ação de educação; realiza mais de trinta vitórias; emite mais de noventa e cinco licenças; atende mais de cento e setenta e sete ocorrências; atende presencialmente mais de duzentos e sessenta cidadãos (mais de 1.000 antes da pandemia); atende via 118 a mais de quatrocento e setenta cidadãos; apoia a mais de meio milhão de usuários do transporte coletivo. Destacam-se também outras atividades diárias como a implantação de, em média: quatro paradas de ônibus, dez placas de sinalização, 90m2 de sinalização horizontal e o gerenciamento de um parque semafórico de mais de dez mil semáforos.

Sempre comprometida com o comportamento da moralidade administrativa, responsável e transparente, a EPTC continuará enviando esforços e realizando ações e projetos estratégicos, em alinhamento com as diretrizes do Governo Municipal, com o fim de desempenhar a sua missão com uma gestão responsável e racionalização das despesas de funcionamento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o objetivo de adequar a empresa e os processos de trabalho às novas disposições normativas e legais, a Governança da EPTC vem sendo aprimorada, a fim de adotar as melhores práticas de gestão.

Integram a estrutura de governança da empresa, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. Após revisão estatutária ocorrida em 2019, em 2020 fazem parte da estrutura o Comitê de Auditoria Estatutário; o Conselho de Administração; e o Comitê de Elegibilidade.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Por ser a estrutura perene que trata da mobilidade urbana na cidade de Porto Alegre a mais de 20 anos, a expertise do corpo técnico da empresa é sua principal potencialidade. Assim entendemos que a empresa, por meio de seus funcionários, pode contribuir de forma assertiva na discussão e implementação das estratégias da PMPA e SMMU para os decisões relacionadas aos projetos de trânsito e transporte da cidade.

Da mesma forma que em 2020, em 2021 enfrentamos os desafios relacionados a COVID-19. Nossos esforços na linha de frente no combate e prevenção da pandemia, garantindo a saúde das equipes da empresa e dos municípios da cidade de Porto Alegre serão sempre contínuos e prioritários.

Outro desafio que repete-se nos últimos anos são as questões orçamentárias relacionadas a necessidade de redução dos ingressos de recursos da PMPA na empresa. Esse desafio continuará a ser enfrentando com as ações relacionadas a redução de despesas, somando a busca de alternativas de novas receitas, preferencialmente independentes de recursos do executivo municipal.

Também está posto como desafio para a atual gestão, a melhoria da comunicação institucional, buscando informar a sociedade sobre a atuação da EPTC na cidade, desmistificando determinadas concepções que não encontram fundamento nas estratégias da empresa.

Por fim, a EPTC prima pela excelência no serviço aos cidadãos, com responsabilidade corporativa e transparência na gestão.

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?o_secao=52 e [epctctransparente.com.br](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/epctctransparente.com.br)

Porto Alegre, 31 de março de 2022.

A DIRETORIA

	Notas	2021	2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.427	41.050
PASSIVO CIRCULANTE		6.375	4.341
Fornecedores	10	6.375	4.341
Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	11	5.520	3.546
Provisão para Férias e Encargos	12	10.933	10.614
Outras Obrigações Trabalhistas	11	3.436	3.697
Outras Contas a Pagar	13	189	145
Provisão p/ Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	15	31.707	14.019
Parcelamentos Fiscais e Previdenciários	16	1.256	1.275
Transações com Partes Relacionadas - PMPA	14	12.011	3.413
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.529	19.473
Exigível a Longo Prazo		4.529	19.473
Parcelamentos Fiscais e Previdenciários	16	2.029	3.373
Provisão p/ Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	15	2.500	16.100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(52.334)	(37.410)
Capital Social Subscrito		728.706	728.706
Capital Social a Integralizar		(7.739)	(7.739)
Prejuízos Acumulados		(773.301)	(758.377)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.622	23.113

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Método Indireto (Em R\$ Mil)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Exercício	(15.526)	(662)
Depreciações e Amortizações	468	467
Créditos	(1.678)	15.452
Estoques	73	(819)
Fornecedores	2.034	(8.854)
Outros Credores de Curto Prazo	28.343	(17.380)
Outros Credores de Longo Prazo	(14.944)	16.174
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(1.230)	4.378
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Imobilizações Brutas	(265)	(699)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(265)	(699)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento do Capital	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	602	1.957
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	602	1.957
Aumento de Caixa e Equivalente	(893)	5.636
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente	10.420	4.784
Saldo Final de Caixa e Equivalente	9.527	10.420
Varição Disponível	(893)	5.636

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL E RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020 (Em R\$ mil)

Saldos em 31/12/2019	Discriminação	Notas	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Lucros / Prejuízos Acumulados	PL Total	DRA
			728.706	(7.739)	(759.672)	(38.705)	(45.323)
Aumento e integralização de capital social			-	-	-	-	-
Ajustes de exercício anterior		3.6b			1.957	1.957	1.957
Resultado do exercício		20			(662)	(662)	(662)
Saldos em 31/12/2020			728.706	(7.739)	(758.377)	(37.410)	(44.028)
Aumento e integralização de capital social			-	-	-	-	-
Ajustes de exercício anterior		3.6b			602	602	602
Resultado do exercício		20			(15.526)	(15.526)	(15.526)
Saldos em 31/12/2021			728.706	(7.739)	(773.301)	(52.334)	(58.952)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Paulo Roberto da Silva Ramires Diretor Presidente CPF: ***.237.720-**	Flavio Caldasso Barbosa Diretor Técnico CPF: ***.832.620-**
---	---

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Nota 1: CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A - EPTC, criada pela Lei 8.133/1998, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Porto Alegre/RS, que tem como principal acionista a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, configurando-se como órgão de administração indireta do Governo Municipal. Tem personalidade jurídica de direito privado e é o órgão executivo e rodoviário do Município nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Tem como atribuições: a operação, o controle e a fiscalização do transporte e do trânsito de pessoas, veículos automotores e de veículos de tração animal no âmbito do Município de Porto Alegre. Foi declarada empresa dependente através da Resolução CGOF nº 085/2019 pelo Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF), sendo incluída no orçamento do Município a partir de 1º de janeiro de 2020. A empresa não é uma entidade com prazo de duração limitado, sendo suas atividades consideradas essenciais à sociedade do Município de Porto Alegre. As atividades de prestação de serviços da empresa geram receitas que, adicionadas às transferências orçamentárias recebidas do Município de Porto Alegre, garantem os recursos necessários às suas operações. A descrição detalhada do contexto operacional é parte do Relatório da Administração.

ENFRENTAMENTO A PANDEMIA:

Desde os primeiros sinais da Covid-19, a EPTC tomou ações ancoradas em suas convicções e valores, priorizando a saúde de seus colaboradores e da população. Simultaneamente, a Empresa reagiu de forma rápida e responsável, definindo os seus objetivos e focos de atuação, considerando as novas condições de trabalho. A partir dali, passou a focar nos níveis de serviço, para fazer mais rápido e melhor e, principalmente, para se adaptar a um novo comportamento do trânsito e circulação da cidade, e às restrições impostas pela Covid-19.

Nota 2: BASE DE APRESENTAÇÃO:

a. Declaração de apresentação:

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09), na Lei que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa públicas (Lei 13.303/2016), aos princípios de Contabilidade geralmente aceitos, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Pronunciamentos. Orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da empresa. A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, conforme reunião de Diretoria Colegiada, ata nº 10/2022, cuja reunião foi realizada em 28 de março de 2022.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação:

Todas as informações financeiras apresentadas em Real, que é a moeda funcional Empresa. Mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de mensuração:

Estas Demonstrações Contábeis foram mensuradas considerando o custo histórico como base de valor.

d. Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das Demonstrações Contábeis foi efetuada de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, que exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, de passivos, de receitas e de despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em qualquer exercício futuros resultados.

Nota 3: RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a. Políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis anuais. As principais políticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir:

3.1. ATIVO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte são demonstrados como circulantes, pelos seus valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, atualização monetária e juros.

a. DISPONIBILIDADES / CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Representam valores em caixa, equivalentes de caixa, e valores em contas correntes bancárias. Contempla, substancialmente, ativos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a insignificante risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço.

b. CONTAS A RECEBER:

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

c. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS:

Os valores constantes nessa conta referem-se aos adiantamentos concedidos a título de Adiantamento de Salário, Adiantamento de Férias e de 13º salário. Os Adiantamentos para despesas são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

d. IMPOSTOS A COMPENSAÇÃO:

Refere-se a créditos relacionados aos tributos incidentes quando do faturamento, cujos quais foram depositados judicialmente (PIS e COFINS).

e. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E VALORES REFERENTES A DEPÓSITOS JUDICIAIS: Refere-se a valores a receber da controladora, depósitos judiciais e de depósitos em garantia contratual, registrados pelos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

f. ESTOQUES:

Os estoques correspondem aos materiais utilizados pela Empresa para a realização dos seus serviços, compreendendo uniformes, material de sinalização viária, peças de reposição e material de expediente, demonstrados e avaliados pelo critério do custo médio ponderado de aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte e demais custos necessários para trazer os estoques às suas atuais condições. Também correspondem ao saldo de vale transporte adquiridos para funcionários.

g. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES:

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2021	% AV	2020	% AV
1-RECEITAS	126.628		149.698	
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	33.881		65.362	
1.3) Outras receitas	92.747		84.336	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui CMMS e IPI)	(29.774)		(43.731)	
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.774)		(43.731)	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	96.854		105.967	
4 – RETENÇÕES	(468)		(468)	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão				
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	96.386		105.499	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	872		793	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0		0	
6.2) Receitas financeiras	872		793	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	97.258		106.292	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(97.258)	100%	(106.292)	100%
8.1) Pessoal e encargos	(109.332)	112,41%	(101.091)	95,11%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	(1.588)	1,63%	(4.179)	3,93%
8.3) Juros e aluguéis	(1.864)	1,92%	(1.684)	1,58%
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	15.526	-15,96%	662	-0,62%
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Manoel Henrique do Val Oliveira Uno Diretor Administrativo-Financeiro CPF: ***.731.579-**	Renate Fank Spohr Contadora - CRC/RS 064730 CPF: ***.750.930-**
---	---

antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

3.2. ATIVO NÃO-CIRCULANTE

a. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

b. IMOBILIZADO:

Demonstrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações, são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado, não havendo índices de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As doações recebidas são registradas pelo custo de aquisição, mediante apresentação de nota fiscal de compra pelo doador ou, excepcionalmente, declaração de valor emitida pelo doador.

c. INTANGÍVEL:

Demonstrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas amortizações, são amortizados pelo método linear no resultado do exercício, dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do intangível, não havendo índices de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda. Itens do ativo intangível são amortizados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As doações recebidas são registradas pelo custo de aquisição, mediante apresentação de nota fiscal de compra pelo doador ou, excepcionalmente, declaração de valor emitida pelo doador.

3.3 PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos exigíveis até o final do exercício seguinte são demonstrados como passivos circulantes. São demonstradas as obrigações assumidas, acrescidas, quando aplicável, de atualização monetária, cabendo ressaltar as seguintes obrigações relevantes:

a. FORNECEDORES:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes. As compras foram realizadas dentro do processo de compras, respeitando a legislação vigente de Licitações (Lei 8.666/93 e Lei 13.303/16), bem como respeitando o Rito da Despesa Pública (Lei 4.320/64).

b. OBRIGAÇÕES FISCAIS:

Referem-se às obrigações tributárias, compreendidos os impostos e contribuições retidos de fornecedores (em virtude de substituição tributária), IRRF retido dos empregados, bem como dos encargos trabalhistas (FGTS e INSS), e contribuições sociais sobre a receita bruta. Ainda, nessa classificação são registrados os valores provisionados a título de CSLL sobre o lucro trimestral auferido em 2021.

c. OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:

Estão registrados valores referentes à folha de pagamento, e valores referentes a retenções dos funcionários para pagamento a instituições bancárias e a Associações, bem como o pagamento da pensão alimentícia descontada dos funcionários e encaminhada aos seus respectivos beneficiários. O saldo justifica-se pelo registro na competência e pagamento nos primeiros dias úteis do mês subsequente. Salários, remunerações e benefícios, férias e 13º salários a pagar foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

d. PROVISÕES TRABALHISTAS:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões para férias e 13º salário são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, bem como do valor estimado do 13º salário, acrescidos dos respectivos encargos.

e. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

Nessa classificação são registrados os valores referentes a adiantamento de clientes, valores devidos à Associação dos Advogados da EPTC (AAEPTC), bem como os valores a pagar do Projeto Jovem Aprendiz.

f. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

Refere-se a valores recebidos antecipadamente da Controladora, registrados pelos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias, os quais serão utilizados para custeio no mês subsequente.

g. PARCELEMENTOS FISCAIS:

Nessas classificações são registrados os valores de parcelamento de PIS/PASEP e COFINS, classificados no passivo circulante em função da data de vencimento do parcelamento, bem como o parcelamento previdenciário com vencimento até o final do exercício seguinte.

h. PROVISÕES JUDICIAIS – CURTO PRAZO E LONGO PRAZO:

As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Empresa.

3.4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a. PARCELEMENTOS FISCAIS:

Nesse item estão registrados os parcelamentos com a Receita Federal, referentes a INSS, PIS/PASEP e COFINS. Encargos e correções existentes após a data do registro são registradas quando da efetivação do pagamento das obrigações.

3.5 DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS, CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou construída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

a. CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social, em 31/12/2021, corresponde ao valor de R\$ 728.706.908,31(setecentos e vinte e oito milhões, setecentos e seis mil, novecentos e oito reais e trinta e um centavos),

que pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, e é representado por 72.870.691 (setenta e dois milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada, cujo montante pertence majoritariamente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e, minoritariamente, ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana, mantendo a situação de 31/12/2020.

b. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

Refere-se a ajustes de exercícios anteriores, efetuados com fundamento na Lei 6.404/76, Art. 186. Parágrafo 1º.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo os ingressos referentes à fiscalização de trânsito reconhecidos pelo pagamento da infração e repasse pelo Detran/RS à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A diferença entre o resultado da Contabilidade Pública (Lei 4.320/1964) e a Contabilidade Societária (Lei 6.404/1976) é decorrente, principalmente, do provisionamento para indenizações cíveis e trabalhistas efetuado dentro do exercício de 2021 na Empresa, registradas pela contabilidade societária.

a. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

E composta pelos ingressos oriundos das penalizações aplicadas às infrações de trânsito, do gerenciamento da Câmara de Compensação Tarifária – Transporte Público (CCT), dos Estacionamentos fixos e eventuais, e das vistorias. Em 2020, foi aprovada a Lei Complementar 892/2020, que extingue a CCT, e os estacionamentos públicos geridos pela EPTC também foram inativados. Os valores a receber da Câmara de Compensação Tarifária não são registrados por ser remota a possibilidade de recebimento de tais pendências por parte dos Consórcios e Empresas do Transporte Público.

b. CUSTO DOS SERVIÇOS:

Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos ligados à atividade ligada da Empresa, despesas de manutenção, depreciação e amortização e serviços de terceiros, bem como o gasto com materiais, serviços e demais despesas.

c. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

Demonstram as despesas com folha de pagamento, encargos sociais e benefícios de toda a atividade meio, bem como o custo de materiais, serviços e demais despesas.

d. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS:

Registrado, em 2021, os valores referentes às indenizações recebidas através de processos judiciais e outras receitas não operacionais, dentre elas o valor de repasse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre de R\$ 93.771.520,53, para custeio da folha de pagamento e demais obrigações com tributos e fornecedores, obrigações essas que se tornaram inválidas e serão pagas por ingressos próprios da EPTC em consequência da redução significativa de ingressos próprios.

3.8 CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Empresa gera suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de serviço e no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito, assegurando que haja caixa suficiente para atender às necessidades e planos de negócio. A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento de dívida e principais despesas correntes da Empresa. Como é considerada estatal dependente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, valores repassados pela Controladora são necessários para cobrir as despesas correntes, sem causar perigo à continuidade operacional da empresa, tendo em vista que a EPTC presta serviços genuinamente públicos e essenciais à sociedade.

A previsão de fluxo de caixa da Empresa é realizada para assegurar que a mesma tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado, nas suas estimativas, a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Município de Porto Alegre, previstos na Lei Orçamentária Anual. A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Municipal.

Nota 4: CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
Disponível	9.527	10.420
Caixa e bancos	9.520	10.394
Aplicações financeiras	7	26
Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras, de liquidez imediata, com baixo risco de mudança de valor, e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos do período.		

Nota 5: CONTAS A RECEBER

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
CONTAS A RECEBER	7.878	6.200
Transações com Partes Relacionadas - PMPA	2.231	-
Transações com Partes Relacionadas - TCE-RS	29	23
Adiantamentos Concedidos a Funcionários	783	3
Depósitos Judiciais e Valores Restituíveis	4.714	5.587
Impostos a Recuperar	12	478
Outros Créditos a Receber	109	109

Os valores referentes a Transações com Partes relacionadas – PMPA são oriundos de créditos a receber sobre a aplicação de infrações de trânsito que serão repassados no mês subsequente à EPTC, que ficam no caixa geral da Controladora.

Os valores constantes em conta de adiantamento referem-se aos adiantamentos concedidos a título de adiantamento de salário, adiantamento de férias e de 13º salário, bem como adiantamentos pontuais para compras de pronto pagamento.

Outras contas a receber abrangem os depósitos em garantia contratual realizados pela Empresa, relacionados à provisão para contingências passivas oriundas do curso normal das atividades da Empresa, e depósitos em garantia de contratos vigentes.

Nota 6: ESTOQUES

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
Estoque	1.749	1.822
Material de Almoxarifado	1.746	1.819
Estoque de Vale Transporte	3	3

Os estoques correspondem aos materiais utilizados pela Empresa para a realização dos seus serviços, demonstrados e avaliados pelo critério do custo médio ponderado de aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte e demais custos necessários para trazer os estoques às suas atuais condições.

continua

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A – EPTC
CNPJ – 02.510.700/0001-51 NIRE – 43300036707

continuação

Aos 30 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão de Inventário de Materiais designada na Portaria Nº 127 - 2021, com a finalidade de apresentar o resultado do inventário dos estoques de materiais da EPTC, cujo levantamento foi realizado entre 27 e 30 de dezembro de 2021, e concluiu com a verificação dos resultados da contagem no dia 30 de dezembro, cujo resultado final encontra-se abaixo.

- Número de itens inventariados: 2.439
- Itens com diferença: 2 (dois) itens apresentaram diferença
 - o Lixa para ferro nº 100
 - o 1 Pano limpeza Tipo flanela 30x40 cm
- Valor de estoque registrado: R\$ 1.745.898,59
- Valor do estoque inventariado: R\$ 1.745.896,00
- Justificativa das diferenças: por se tratarem de itens idênticos e de alta rotatividade no estoque, ocorreu um erro de separação dos materiais, o qual já foi ajustado. O saldo final de inventário, após os ajustes, é idêntico ao constante na Contabilidade.

Nota 7: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Registrados os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante em função do prazo de resgate e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

Ativo Realizável a Longo Prazo	ATIVO	
	31/12/2021	31/12/2020
Título de Capitalização	36	36

Nota 8: IMOBILIZADO

Contas	TMA Depreciação		Valor Líquido	
	(%)	Acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Móveis e Utensílios	10%	-R\$ 2.168	R\$ 657	R\$ 832
Instalações	10%	-R\$ 548	R\$ -	R\$ -
Máquinas e Equipamentos	10%	-R\$ 3.060	R\$ 2.813	R\$ 2.919
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	-R\$ 5.807	R\$ 178	R\$ 202
Veículos	20%	-R\$ 7.430	R\$ 674	R\$ 567
Benefícios	4%	-R\$ 395	R\$ 93	R\$ 112

Todos os imóveis utilizados pela EPTC - seja na sua atividade finalística ou na sua atividade meio - são próprios da Prefeitura Municipal de Porto Alegre ou são imóveis locados para esta finalidade, não havendo nenhum imóvel de sua propriedade.

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS:

Em observância ao Pronunciamento Contábil nº 01 (NBC TG 01), a Administração entende que, em 2021, não há indícios de que há unidades geradoras de caixa com valores contábeis superiores ao valor de realização. A Entidade encontra-se com a sua operacionalidade normal, não havendo indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica considerada relevante, não requerendo, portanto, necessidade de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

Nota 9: INTANGÍVEL

Contas	TMA		Valor Líquido	
	Amortização (%)	Amortizada	31/12/2021	31/12/2020
Intangíveis recebidos em Doação	8,33%	-R\$ 5.	R\$ 16	R\$ -

Os ativos intangíveis registrados são oriundos de doações, e serão amortizados conforme a vida útil do intangível doado.

Nota 10: FORNECEDORES

Em decorrência de suas atividades operacionais, a Empresa é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais.

Abaixo, a representação de todas as contas com saldo acima de 10% (dez por cento) do total da conta fornecedores, no passivo circulante. Nenhum fornecedor está registrado no original a longo prazo.

Fornecedores	PASSIVO		31/12/2021		31/12/2020	
	PROCEMPA	UNIMED Porto Alegre	6.375	4.341	2.369	445
PROCEMPA	1.317	623	1.317	623	1.317	628

Nota 11: OBRIGAÇÕES FISCAIS, SOCIAIS E TRABALHISTAS

As obrigações fiscais e tributárias aqui registradas referem-se aos tributos a serem pagos, consistentes em retenções de fornecedores (substituição tributária), retenções de funcionários, tributos sobre o faturamento, bem como os parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil e tributos sobre a folha de pagamento. As outras obrigações trabalhistas referem-se ao saldo de salário registrado por regime de competência de dezembro/2021, cujo valor foi quitado no início de janeiro/2022.

Fornecedores	PASSIVO CIRCULANTE		31/12/2021		31/12/2020	
	Obrigações Tributárias	Encargos Trabalhistas	2.904	2.681	2.904	2.681
Outras Obrigações Trabalhistas	2.615	3.436	2.615	3.436	2.615	3.420

Nota 12: PROVISÕES

Aqui estão registrados os valores provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. Referem-se à provisão de férias e encargos trabalhistas sobre provisões.

Fornecedores	PASSIVO CIRCULANTE		31/12/2021		31/12/2020	
	Provisões Trabalhistas	Encargos Trabalhistas sobre Provisões	7.960	7.740	2.973	2.874
TOTAL	10.933	10.614	10.933	10.614	10.933	10.614

Nota 13: CONTAS A PAGAR

Nessas classificações são registrados os valores referentes a adiantamento de clientes, valores devidos à Associação dos Advogados da EPTC (AAEPTC), bem como os valores a pagar do Projeto Jovem Aprendiz.

Fornecedores	PASSIVO		31/12/2021		31/12/2020	
	OUTRAS CONTAS A PAGAR	Garantias Contratuais – Fornecedores	189	145	154	145
Projeto Jovem Aprendiz	17	17	17	17	17	17
Adiantamento de Clientes	18	18	18	18	18	18

Nota 14: TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Refere-se a valores recebidos da Controladora, registrados pelos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias. Os valores repassados ao final do mês corrente são utilizados para custeio de despesas no início do mês subsequente.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	PASSIVO		31/12/2021		31/12/2020	
	Empréstimo de Controladora	3.413	12.011	3.413	12.011	3.413

Nota 15: PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Empresa para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica e dos Advogados desta Empresa Pública, oriundas de terceiros. Os valores registrados no Passivo Circulante são aqueles que possuem a probabilidade de serem executados até o final do próximo exercício, enquanto os classificados no passivo não circulante possuem a probabilidade de serem efetivados ao longo dos anos de 2023 ou 2024. Os valores referentes às provisões cíveis e trabalhistas foram disponibilizados após o fechamento da Contabilidade Pública, razão pela qual não constam naquelas Demonstrações. As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Empresa constitui provisões para indenizações judiciais em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores registrados no Passivo Circulante são aqueles possuem a probabilidade de serem executados até o final do próximo exercício:

Trabalhistas / Cíveis	Natureza	Classificação		31/12/2021		31/12/2020	
		Provável	Possível	31.707	14.019	31.707	14.019
Trabalhistas / Cíveis	Possível	15.172	2.259	15.172	2.259	15.172	2.259
Trabalhistas / Cíveis	Remota	74	74	74	74	74	74

Os valores, classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, possuem a probabilidade de serem efetivados ao longo dos anos de 2023 ou 2024.

Natureza	Classificação		31/12/2021	31/12/2020
	Provável	Possível	2.500	16.100
Trabalhistas / Cíveis				
Trabalhistas / Cíveis	Possível		1.295	12.913
Trabalhistas / Cíveis	Remota		-	-

Nota 16: PARCELAMENTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

Estão relacionados os valores referentes a Parcelamentos Fiscais perante a Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Salientamos que houve alteração de grupo no plano de contas dos valores que se apresentaram zerados em 2021.

PARCELAMENTOS FISCAIS	PASSIVO		31/12/2021		31/12/2020	
	INSS- PREVIDENCIÁRIO	PIS - 819	1.256	990	1.275	990
INSS- PREVIDENCIÁRIO	47	51	47	51	47	51
COFINS - 888	219	234	219	234	219	234

No Passivo Exigível a Longo Prazo, estão relacionados os valores referentes a parcelamentos efetuados junto à Receita Federal em 2018, 2020 e 2021, com previsão de pagamento após o próximo exercício. Estão registrados os parcelamentos com a Receita Federal no valor de R\$ 1.319.712,80 (INSS) e R\$ 709.100,18 (PIS/PASEP e COFINS). Também estão registrados nessa classificação os valores referentes à Provisão para Riscos Judiciais de longo prazo, no valor de R\$ 2.500.000,00.

PARCELAMENTOS FISCAIS	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		31/12/2021		31/12/2020	
	INSS- PREVIDENCIÁRIO	INSS- PREVIDENCIÁRIO	2.029	3.373	2.029	3.373
INSS- PREVIDENCIÁRIO	1.320	2.27	1.320	2.27	1.320	2.27

PIS - 819	126	204	126	204	126	204
COFINS - 888	583	942	583	942	583	942

Nota 17: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, em 31/12/2021, corresponde ao valor de R\$ 728.706.908,31 (setecentos e vinte e oito milhões, setecentos e seis mil, novecentos e oito reais e trinta e um centavos), que pertence integralmente a acionistas domiciliados no País, e é representado por 72.870.691 (setenta e dois milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 10,00 cada. A partir da declaração de dependência da empresa, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, o Capital Social permaneceu o mesmo do final do exercício anterior.

ANO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL SOCIAL ACUMULADO
2015	80.000	517.902
2016	80.000	597.902
2017	56.604	654.506
2018	40.000	694.506
2019	34.200	728.706
2020	-	728.706
2021	-	728.706

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista Prefeitura Municipal de Porto Alegre	72.868.691	99,9973	72.868.691	99,9973	72.868.691	99,9973
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	2.000	0,0027	2.000	0,0027	2.000	0,0027
TOTAL	72.870.691	100,0000	72.870.691	100,0000	72.870.691	100,0000

Nota 18: INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A empresa não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Nota 19: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A EPTC, conforme estabelecido por meio da ação ordinária 2005.71.00.019670-0 Impetrada contra a União Federal/Fazenda Nacional, não possui vínculo jurídico obrigacional tributário que enseje a cobrança do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), em razão da imunidade tributária recíproca prevista no Inciso VI, a, do art. 150 da Constituição Federal/88. A contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada e registrada com base nas alíquotas determinadas pela legislação, aplicáveis a sistemática de apuração do Lucro Real Trimestral.

Nota 20: RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO

O pagamento das despesas gerais de custeio e de pessoal da EPTC, que é uma empresa estatal dependente do Município de Porto Alegre, é feito mediante alicerce de receita própria e o repasse mensal de recursos financeiros, na forma de transferências, pela sua principal acionista e controladora, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Esse repasse é realizado mediante o registro de "Nota de Pagamento de Despesa", em conformidade com a programação orçamentária prevista na LOA. Diante disso, o prejuízo apurado ao final do exercício não implica em risco de descontinuidade da empresa.

O valor repassado pela Controladora é registrado em Outras Receitas, visto o repasse ser realizado mediante o registro de "Nota de Pagamento de Despesa", em conformidade com a programação orçamentária prevista na LOA. O valor total repassado

na Demonstração do Resultado do Exercício demonstram as seguintes contas:

a. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS: Demonstram as despesas com folha de pagamento, encargos sociais e benefícios de toda a atividade meio, bem como o gasto com materiais, serviços e demais despesas.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31/12/2021		31/12/2020	
	Despesas com Pessoal	38.213	51.465	51.465
Despesas Administrativas	19.180	19.180	19.180	19.180
Despesas Tributárias	18.448	18.448	31.195	31.195
Depreciação/Amortização	117	117	118	118
	468	468	461	461

b. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS:

Registrou, em 2021, os valores referentes às indenizações recebidas através de processos judiciais e outras receitas não operacionais, dentre elas o valor de repasse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre de R\$ 93.771.520,53, para custeio da folha de pagamento e demais obrigações com tributos e fornecedores, obrigações essas que se tornaram inválidas de serem pagas por ingressos próprios da EPTC em consequência da redução significativa de ingressos próprios.

Nota 21: GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Empresa estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e, nesse contexto, as atividades da EPTC a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Empresa. A Administração busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

a. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata.

b. RISCO DE LIQUIDEZ

Aprevisão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas suas estimativas a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Município de Porto Alegre, previstos na Lei Orçamentária Anual. A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Municipal.

c. RISCO DE TAXAS DE JUROS

A Empresa não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das Demonstrações Contábeis e, portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

Nota 22: DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Conforme Estatuto Social da EPTC, em seu art. 57, o exercício social será encerrado a 31 de dezembro de cada ano, data em que se levantará o Balanço Patrimonial e serão elaboradas as demais demonstrações contábeis previstas em Lei, observando-se que:

II – Do lucro líquido do exercício destinar-se-ão:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 20% (vinte por cento) para a constituição de um reserva para ampliação dos equipamentos e instalações, até que atinja 30% (trinta por cento) do capital social;
- c) O saldo, observado o disposto neste artigo, ficará à disposição da Assembleia para deliberar sobre sua destinação, mediante proposta da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a divisão de lucros entre os acionistas. Fiscal, no resultado Operacional da EPTC em 2021, antes do cálculo da CSLL, foi de R\$ 15.293.384,76 de prejuízo. A Empresa apura seu resultado através do Lucro Real, e houve cálculo de provisão de CSLL no último trimestre, pois as provisões contingenciais constituídas são adicionadas ao resultado do trimestre. Considerando que não houve lucro contábil, não há a necessidade de constituição de reservas. A CSLL apurada soma o valor de R\$ 232.850,98. Após o cálculo da CSLL, o prejuízo do exercício, conforme demonstração abaixo, ficou em R\$ 15.526.235,74.

RESULTADO OPERACIONAL	31/12/2021		31/12/2020	
	(15.293)	986	(15.293)	986
CSLL	(233)	(1.648)	(233)	(1.648)
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(15.526)	(662)	(15.526)	(662)

Prejuízo por Ação - R\$ 1,00 (0,21)

PARER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A, em reunião realizada nesta data, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, e a Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2021, bem como, as Notas Explicativas correspondentes e o Parecer da Auditoria LG Santos Auditores e Associados S/S. Somos de opinião que os referidos demonstrativos refletem a situação patrimonial econômica e financeira da Empresa, razão pela qual recomendamos a sua aprovação pelos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 11 de maio de 2022.

Luiz Fernando Salvadori Zachia Conselheiro	André Silva Flores Conselheiro
Ana Carolina Alencastro Dal Ben Conselheira	Leonardo Hoff Conselheiro
Hermes Teixeira da Rosa Conselheiro	